

---

**COMPROVATIVO**

**Assunto:**

**Autor:**

**Destinatário:**

**Data de envio:**

---

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República**

O futuro das esquadras e dos postos de atendimento da Polícia de Segurança Pública na cidade do Porto continua envolto numa flagrante e inaceitável indefinição e falta de informação precisa e objetiva, provocando reações naturais e legítimas de insegurança da parte das populações potencialmente afetadas, de que são claro exemplo as manifestações populares ocorridas no final do ano passado face à possibilidade de encerramento do Posto de Atendimento de Azevedo, na freguesia de Campanhã. É também neste contexto que se coloca o autodesignado plano de reestruturação da rede de esquadras e postos de atendimento da PSP no Comando Metropolitano do Porto, nomeadamente naquilo que se refere à perspetiva de diversos encerramentos, alguns deles adiantados por chefias locais da PSP em reuniões do Conselho Municipal de Segurança.

A profusão de rumores e notícias desencontradas e contraditórias sobre encerramentos de esquadras e postos de atendimento, (veja-se o que aconteceu há tempos com notícias do Público e do JN acerca de encerramentos de diversas instalações da PSP no Porto, logo seguidas de desmentidos do MAI e de novo insistentes rumores de encerramentos), só ajuda a lançar a confusão e a potenciar a sensação de insegurança entre vastas camadas da população da cidade do Porto.

Entre as situações que mais insistentemente tem vindo a lume, está o posto de Atendimento da PSP situado na Rua João de Deus, na freguesia de Massarelos, cujo encerramento é anunciado sem qualquer confirmação oficial ou oficiosa e muito menos sem que tenha sido prestada qualquer explicação ou justificação, mormente quanto às consequências que o encerramento deste instalação da PSP pode ter quanto à rutura das relações de proximidade com as comunidades onde se insere, numa zona aliás profundamente comercial e residencial.

É por tudo isto que uma eventual decisão de encerramento do Posto de Atendimento da PSP na Rua de João de Deus não pode nem deve ser tomada pela mera consideração de razões economicistas, devendo antes atender a critérios prudenciais de proximidade das forças de segurança às populações. Assim, e ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais

aplicáveis, solicita-se ao Governo que, por intermédio do **Ministério da Administração Interna**, responda às seguintes perguntas:

1. Há qualquer intenção do Governo encerrar o Posto de Atendimento da PSP da Rua de João de Deus? Quando e como pretende fazê-lo?
2. Em caso afirmativo, que critérios e justificações tem o Governo para fundamentar tal encerramento e apresentar à população local que há tantas dezenas de anos é servida pelas forças de segurança ali instaladas?
3. Ou será que, pelo contrário, a intenção do Governo é apenas proceder a obras de modernização das instalações da Rua João de Deus para melhor instalar os efetivos da PSP que ali prestam serviço?

Palácio de São Bento, quinta-feira, 23 de Fevereiro de 2012

Deputado(a)s

HONÓRIO NOVO(PCP)